

---

## Notas técnicas

**A** Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC é realizada em todos os municípios brasileiros. Em sua terceira edição, a MUNIC 2002, coletada quase totalmente ao longo de 2003, investigou informações referentes a gestão pública nos 5 560 municípios do País. Também foram coletadas informações que permitem produzir um quadro geral sobre o meio ambiente no âmbito municipal. Para esse fim, acompanhou a MUNIC 2002 um Suplemento de Meio Ambiente que em seu planejamento, apuração e análise, contou com a participação do Núcleo de Estatísticas Ambientais, estruturado na Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações da Diretoria de Pesquisas do IBGE. A publicação dos resultados referentes a gestão municipal e de meio ambiente entretanto, é efetuada de forma independente.

### Objetivos

A MUNIC é uma pesquisa institucional e de registros administrativos relativos ao poder público local, principalmente, as prefeituras dos municípios. Constitui uma fonte de informação para a construção de indicadores relativos aos diferentes setores da administração pública municipal. Investiga dados sobre o aparato institucional, o planejamento público, as finanças públicas municipais, os programas sociais desenvolvidos pela administração pública local e ainda sobre a oferta de serviços públicos e de infra-estrutura urbana.

Os objetivos da pesquisa são: constituir uma base de informações institucionais em nível municipal; propiciar a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros no que toca,

principalmente, às suas administrações públicas; e propiciar a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira em que os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais.

Nesta edição da pesquisa, pela primeira vez, foram coletadas informações setoriais em instrumento específico. O meio ambiente no âmbito municipal foi objeto de um questionário, o Suplemento de Meio Ambiente. Esse instrumento focou a gestão ambiental local (existência de estrutura administrativa, disponibilidade de recursos financeiros, andamento da Agenda 21 local, existência de legislação ambiental, articulação institucional em meio ambiente, programas e ações de preservação ambiental praticados, existência de unidades municipais de conservação da natureza, etc.) e o estado do meio ambiente no município, na percepção do gestor ambiental local, através do levantamento da ocorrência freqüente e/ou de grande impacto de alterações ambientais e de suas prováveis causas. Com essa base de dados, de todos os municípios, está sendo disponibilizado um amplo panorama do País sobre a questão ambiental.

## **Unidade de investigação e informantes da pesquisa**

A unidade de investigação da MUNIC é o município sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõe; as instituições ligadas a outros poderes públicos locais, ou instaladas localmente, constituem-se em unidades secundárias de informação. Neste caso estão a Câmara Municipal, os juizados ali instalados, as delegacias, etc.. Como esses têm, freqüentemente, um grau relativo de autonomia de ação, as informações coletadas são, da mesma maneira, respondidas por seus diferentes setores. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos municipais.

O Suplemento de Meio Ambiente também teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto às prefeituras. Havendo uma secretaria de meio ambiente esta foi a responsável pelas informações. Caso o município não tivesse uma secretaria que tratasse da questão ambiental, a informação foi obtida junto ao departamento, assessoria, setor ou órgão similar, responsável pelas questões ambientais, desde que sua gestão fosse municipal. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão ambiental, o questionário deveria ser respondido pelo Prefeito ou pessoa por ele delegada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

## **Períodos de referência da pesquisa**

A coleta das informações sobre gestão municipal ocorreu, basicamente, no decorrer do primeiro semestre de 2003, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, nestes casos, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

Com relação ao questionário sobre meio ambiente, como regra geral, a data de referência também é o dia da entrevista com o responsável pelas informações na prefeitura.

Algumas exceções merecem ser destacadas quanto ao período de referência:

- 1) as informações sobre o número de funcionários e de aposentados e dos cadastros, referem-se a 31 de dezembro de 2002;
- 2) as informações sobre número de famílias beneficiadas por programas na área habitacional, número de licenças para construir, contingente da guarda municipal, se a prefeitura manteve contrato de prestação de serviços (terceirização) na área de meio ambiente para o exercício de suas funções, referem-se ao ano de 2002;
- 3) as informações sobre a realização de reuniões pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e aquelas que se referem a implementação pela prefeitura de convênios, cooperação técnica ou outro tipo de parceria com vistas a desenvolver ações na área ambiental, referem-se aos doze meses anteriores a data da entrevista;
- 4) as informações sobre o recebimento por parte do município de recursos financeiros específicos para o meio ambiente, o recebimento do ICMS Ecológico, a existência de um fundo municipal de meio ambiente e a informação sobre o município ter ou não se beneficiado da lei de compensação ambiental, se referem a 2001. A adoção do ano 2001 nas informações contábeis se deu tendo em vista a vigência da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, de autoria do governo federal, que estabelece mudanças, a partir do exercício financeiro de 2002, na elaboração da classificação funcional-programática dos orçamentos municipais estabelecido, anteriormente, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 5) as informações sobre as condições do meio ambiente, referem-se aos 24 meses anteriores à data da coleta das informações, com exceção daquelas relativas ao assoreamento de corpo d'água e contaminação do solo, que referem-se à data da entrevista; e
- 6) as informações sobre os instrumentos de gestão ambiental, programas e ações efetivamente praticados pela prefeitura referem-se aos últimos doze meses em relação a data da entrevista.

## **Abrangência geográfica da pesquisa**

A MUNIC 2002 investigou o universo de 5 560 municípios instalados até 31 de dezembro de 2001 no território nacional. Há uma observação importante a esse respeito: foram instalados originalmente, em 2001, 54 novos municípios, que somados aos 5 507 já instalados totalizariam 5 561. No entanto, no decorrer do ano de 2001, a instalação do Município de Pinto Bandeira foi anulada judicialmente e o correspondente território reincorporado ao Município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

## Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2002, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC - foi a campo com dois questionários. O Questionário de Gestão, constituído de 12 blocos, e o Suplemento de Meio Ambiente, com 11 blocos, dos quais oito se destinaram a levantar informações sobre as condições e a gestão ambiental no município.

O Questionário de Gestão investigou os seguintes temas relativos ao poder público municipal: as características pessoais e políticas do prefeito; o quadro de servidores públicos ativos dos Poderes Executivo e Legislativo além de informações sobre o regime próprio de previdência municipal; a legislação tributária e de planejamento municipal; o aparelhamento fiscal institucional, as articulações inter-institucionais, as políticas públicas e as ações locais para enfrentar os problemas relativos às condições habitacionais; as iniciativas do poder público local visando a geração de trabalho e renda. Também foram investigados alguns quesitos relativos à guarda municipal e aos conselhos da criança e do adolescente.

O Suplemento de Meio Ambiente investigou as seguintes informações: estrutura administrativa municipal na área do meio ambiente; articulação institucional em meio ambiente; andamento da Agenda 21 local; fonte dos recursos financeiros para o meio ambiente; existência de legislação ambiental municipal; existência de instrumentos de gestão ambiental, programas e ações praticados; e a existência de Unidades Municipais de Conservação da Natureza. Além disso, efetuou um diagnóstico sobre o estado do meio ambiente no município considerando a percepção do gestor ambiental municipal.

Acompanhou a coleta das informações da pesquisa temática sobre o meio ambiente um Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para o trabalho do técnico de pesquisas do IBGE.

## Coleta dos dados e apuração

Em dezembro de 2002 foi realizado um treinamento centralizado em Vila Velha, Espírito Santo, onde tiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Para efetuar a coleta das informações, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa na administração municipal que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa era, sempre que possível, entrevistada e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE sempre que fosse necessário esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários, pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta dispunha, junto aos quesitos em foco, das explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário de Gestão preenchido, procedia a uma crítica visual de comparação entre as informações coletadas na edição de 2001 e na de 2002. Para isso, dispunha de uma listagem, por município, com uma seleção de variáveis em que essa comparação era possível e pertinente. Isso permitiu que problemas detectados no preenchimento fossem sanados imediatamente com o informante.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada, na sede de cada unidade regional, pela supervisão da pesquisa ou, nas próprias agências, pelo técnico responsável pela coleta. A crítica de consistência dos dados coletados também foi feita em cada unidade. Isso possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica.

Ainda no decorrer da coleta efetuou-se uma supervisão dos trabalhos nos estados de Rondônia, Tocantins, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Paraná. A supervisão da coleta é uma atividade que visa corrigir, com a pesquisa ainda no campo, possíveis distorções metodológicas e conceituais, garantindo uma melhor qualidade do resultado final.

Três municípios não preencheram os dois questionários (Gestão e Suplemento de Meio Ambiente): Buritis (Rondônia), Martinópolis (Ceará) e Serra de São Bento (Rio Grande do Norte). Além disso, dois outros municípios (Rio Crespo e Vale do Anari, ambos em Rondônia), deixaram de preencher o questionário de Gestão.

Assim, no caso de Gestão, existem informações para 5 555 municípios enquanto que no Suplemento de Meio Ambiente existem informações para 5 557 municípios. Os resultados apurados são divulgados individualmente conforme coletados junto aos informantes.

## **Divulgação das informações**

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas Prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, requer que, primordialmente, seja respeitada sua integridade após os procedimentos de crítica e análise das mesmas. Esta decisão implica em alguns casos, principalmente nas informações de quantidades e valores monetários, quando são detectados problemas na análise dos dados, a não divulgação dessas informações. Assim, optou-se por não disponibilizar inicialmente algumas dessas informações, admitindo-se que correções possam vir a ser efetuadas, após análises mais detalhadas e consultas aos informantes. As alterações, caso ocorram, serão incorporadas à base de dados divulgada na página do IBGE.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados na página do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, um a um.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Também são apresentados os resultados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um cd-rom contendo a base de dados completa com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas aqui são produto de agregações dos dados de municípios por tamanho da população, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que ele está localizado. Há um entendimento de que essas variáveis são algumas das mais relevantes para compreender e possibilitar a descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.